



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
18ª REGIÃO



REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

ANO XV 2012

SUMÁRIO

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

10

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

1. O Programa Nacional de Prevenção de Acidentes como forma de se dar efetividade às normas de saúde e segurança no trabalho
Elvecio Moura dos Santos 11
2. Capacidade postulatória perante a Justiça do Trabalho. A potencialidade do *Jus Postulandi* e a efetividade da postulação por advogado. Normatividade
Eugênio José Cesário Rosa 26
3. A natureza das parcelas reflexas, *bis in idem* e a OJ 394 do TST/SDI-I
Ari Pedro Lorenzetti 31
4. Dependência química requer tratamento social e não punição
Marcella Dias Araújo Freitas/Whatmann Barbosa Iglesias 40
5. Legitimidade *ad causam*. Espólio e herdeiros na Justiça do Trabalho
Cleber Martins Sales 51
6. Precatório: Natureza jurídica e evolução histórica
Rui Barbosa de Carvalho Santos 63
7. A eficácia do direito fundamental da proteção em face da automação previsto no inciso XXVII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988
Wagson Lindolfo José Filho 77
8. A unicidade bidimensional do pré-aviso: breves elucubrações a respeito da natureza jurídica do aviso-prévio indenizado e suas implicações
Adriano Marcos Soriano Lopes 90
9. Trabalho em condições análogas a de escravo no Brasil contemporâneo: caracterização e contexto de sua ocorrência no meio rural
Marina Porto de Andrade Freitas 114
10. A legitimidade democrática da jurisdição constitucional brasileira: o seu papel na efetivação dos direitos fundamentais
Fabíola Mendes Villela 132
11. Meio ambiente de trabalho. Prevenção e prevenção. Princípios norteadores de um novo padrão normativo
Tereza Aparecida Asta Gemignani/Daniel Gemignani 146
12. "Burnout"
José Geraldo da Fonseca 162
13. A aplicação das astreintes nas antecipações de tutela
Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior 166
14. Evolução do processo brasileiro: história e perspectiva do processo judicial eletrônico
Adriano Mesquita Dantas 177
15. A função revisora dos tribunais: A confirmação da sentença razoável como ponto de partida para a necessária construção de uma nova concepção de recorribilidade no julgamento dos recursos de natureza ordinária
Ben-Hur Silveira Claus 193
16. Horas extras nos regimes 12x24, 12x36, 12x48, 24 x 24 e 24 x 48. Uma nova versão
Paulo Mont'alverne Frota 210
17. Lei do motorista profissional: Tempo de trabalho, tempos de descanso e tempo de direção

José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva	214
18. A ação monitoria e a cobrança da contribuição sindical patronal urbana	
Pedro Cordeiro da Silva	225
19. A implantação dos selos de certificação na prevenção ao trabalho escravo: condições jurídicas e efeitos sociais	
Lizandra Correia Bolivar/Rabah Belaidi	230
20. A norma constitucional do salário mínimo e sua efetividade	
Anderson Santos da Silva	241
21. A nova lei das cooperativas de trabalho	
Paulo Renato Fernandes da Silva	248
22. Assédio processual: conceituação, caracterização e implicações na justiça do trabalho	
Wanessa Martins Passos	256
23. Breves anotações sobre o teletrabalho no direito do trabalho brasileiro	
Paulo Antonio Maia e Silva	274
24. Como compatibilizar a atividade laboral desportiva do menor com o princípio da proteção integral	
Renata Tavares de Alcântara	280
25. Considerações acerca do ato de dispensa dos empregados de sociedades de economia mista	
José Mário Porto Neto	294
26. Controle civilizatório da terceirização à luz dos princípios constitucionais e trabalhistas	
Fernando Henrique Galisteu	305
27. Controle do e-mail corporativo: uma afronta ao direito de privacidade?	
Fabiane Ignaczak	318
28. Cumulatividade dos adicionais de insalubridade e de periculosidade	
Cristina Lantmann Guimarães	331
29. Dano existencial decorrente de violações à jornada de trabalho	
Lorena de Mello Rezende Colnago	343
30. Direito consuetudinário - par in parem non habet imperium - imunidade absoluta ou relativa de jurisdição dos estados? Aplica-se aos organismos internacionais o mesmo entendimento? Qual o alcance da recém editada OJ nº 416, da SDI-1, do C. TST?	
Juarez Cleto Cortes Jr	349
31. Extensão da licença-maternidade ao homem	
Lucas Cilli Horta	355
32. Garantia de amparo ao trabalhador diante da irresponsabilidade patrimonial da administração pública nas terceirizações	
Adriano Barreto Vieira	371
33. O trabalho escravo contemporâneo e os mecanismos de sua erradicação	
Olival Rodrigues Gonçalves Filho	379
34. Os limites jurídicos à terceirização	
Karina Otaño de Araújo	396
35. Processo eletrônico e <i>ius postulandi</i> – o verso e o anverso da inovação tecnológica	
Clarisse Inês de Oliveira	414
36. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica e sua influência na execução trabalhista	
Esther Loibman	423
37. Terceirização e a subordinação estrutural	
Débora da Costa Cruz	436

ACÓRDÃOS

1. Ação civil pública. Obrigação de não-fazer. Abstenção de, no futuro, efetuar pagamento de salários "por fora". Tutela inibitória de prevenção do ilícito. Imposição de multa diária em caso de descumprimento das obrigações

Desembargador Elvecio Moura dos Santos 446

2. Exclusão de sócios do polo passivo. Nulidade do ato de arquivamento de alteração contratual da empresa. Inobservância de requisitos formais

Desembargador Gentil Pio de Oliveira 450

3. Danos morais e materiais. Morte do empregado por broncopneumonia. Nexo causal e culpa da 1ª reclamada. Indenização devida

Desembargadora Elza Cândida da Silveira 456

4. Insalubridade. Laudo pericial. Uso de protetor. Perda auditiva

Desembargador Aldon do Vale Alves Taglialegna 464

5. Conflito Intersindical. Extensão de Base Territorial Irregularmente Promovida. Ato Nulo

Desembargador Paulo Sérgio Pimenta 472

6. Furnas. Terceirização ilícita. Prestação de serviços iniciada após a Carta Magna de 1988. Acordo homologado pelo STF nos autos do MS 27.066/DF. Reconhecimento do vínculo de emprego

Desembargador Daniel Viana Júnior 481

7. Multa administrativa. Fundamento: art. 201 da CLT. Trabalho rural. Nulidade

Juíza Convocada Silene Aparecida Coelho 487

EMENTÁRIO SELECIONADO - 2012 494

SENTENÇAS

1. Concurso Público. Competência da Justiça do Trabalho. Cadastro de reserva. Expectativa de direito à nomeação

Juiz do Trabalho Radson Rangel Ferreira Duarte 553

2. Empregada Gestante. Pedido de demissão inválido. Inobservância ao disposto no artigo 500, da CLT

Juiz do Trabalho Celismar Coelho de Figueiredo 565

JURISPRUDÊNCIA

Súmulas do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região 582

Súmulas Vinculantes Trabalhistas 585

Súmulas Trabalhistas do STF 586

Súmulas Trabalhistas do STJ 591

Súmulas do TST 596

Orientação Jurisprudencial do TST - Tribunal Pleno 640

Orientação Jurisprudencial do TST - SBDI-1 642

Orientação Jurisprudencial do TST - SBDI-1 - Transitória 679

Orientação Jurisprudencial do TST - SBDI-2 688

Orientação Jurisprudencial do TST - Seção de Dissídios Coletivos 705

Precedentes Normativos - SDC 708